



AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES DE USO COLETIVO DE RECIFE-PE

Natália M. Bezerra (1); Catarina Sanara de A. Santos (2); Carolina Buarque de A. Silva (3); Zeferino Jorge C. Ramos (3)

(1) Departamento de Engenharia Civil – Escola Politécnica – Universidade de Pernambuco, Brasil –
e-mail: moraisnat@yahoo.com.br

(2) Departamento de Engenharia Civil – Escola Politécnica – Universidade de Pernambuco, Brasil –
e-mail: catarinasanara@yahoo.com.br

(3) Departamento de Engenharia Civil – Escola Politécnica – Universidade de Pernambuco, Brasil

RESUMO

Proposta: As edificações públicas são entendidas como espaços que prestam algum tipo de serviço ou que proporcionem aos cidadãos momentos de lazer, cultura e entretenimento. Na prática, verifica-se que esses locais vêm sendo concebidos para serem utilizados por um modelo idealizado de pessoa. Tal modelo não condiz com a sociedade, pois exclui os portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, gestantes e idosos. O objetivo deste trabalho é revelar o real nível de acessibilidade desses ambientes na cidade do Recife. **Método de pesquisa/Abordagens:** Elaboração de protocolos de avaliação, estruturados com base nas leis vigentes e nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.. Foram visitados 18 espaços, distribuídos na cidade do Recife. Após tratamento estatístico dos dados, obtiveram-se Índices de Acessibilidade (I.A) para cada edificação estudada. **Resultados:** Os estabelecimentos bancários apresentaram maior I.A. (46,3%). Os espaços analisados não ofereciam em sua totalidade condições satisfatórias de acesso, mobilidade, utilização e comunicação de seus usuários. **Contribuições/Originalidade:** A questão da acessibilidade no ambiente construído, nas últimas décadas, tem sido amplamente debatida no meio acadêmico e técnico. No entanto, o que se verifica na prática são ações incipientes e pontuais de adequação das edificações.

Palavras-chave: edificações de uso coletivo; acessibilidade; barreiras arquitetônicas.

ABSTRACT

Propose: The public constructions are understood as spaces that give some type of service or that they provide to the citizens moments of leisure, culture and entertainment. In the practical one, it is verified that these places come being conceived to be used for an idealized model of person. Such not condiz model with the society, therefore excludes the aged carriers of deficiency or with reduced mobility.. The objective of this work is to disclose the real level of accessibility of these environments in the city of Recife. **Methods:** Elaboration of evaluation protocols, structuralized on the basis of the effective laws and in the norms techniques of accessibility of the ABNT. 18 spaces, distributed in the city of Recife had been visited. After statistical treatment of the data, Accessibility Scores (I.A) for each studied construction had been gotten. **Findings:** The banking establishments had presented greater I.A. (46,3%). The analyzed spaces did not offer in its totality satisfactory conditions of access, mobility, use and communication of its users. **Originality/value:** The question of the accessibility in the constructed environment, in the last decades, has been widely debated in the half academic and technician. However, what if it verifies in the practical one are incipient and prompt actions of adequacy of the constructions.

Keywords: constructions collectives use; accessibility; barriers architectural.

1 INTRODUÇÃO

As edificações públicas são entendidas como espaços que prestam algum tipo de serviço ou que proporcionem aos cidadãos momentos de lazer, cultura e entretenimento. São, por vezes, ambientes que servem como elo de interação entre os habitantes de uma cidade. Na prática, verifica-se que esses locais vêm sendo concebidos para serem utilizados por um modelo idealizado de pessoa. Planeja-se o espaço como se fosse destinado unicamente a indivíduos que apresentem vigor físico, medidas antropométricas ideais, ótima capacidade sensorial e mobilidade irrestrita. Tal modelo não condiz com a maioria das pessoas, pois exclui os portadores de deficiência, os idosos, as crianças, as gestantes e todas aquelas pessoas que possuem uma ou outra necessidade especial (SOARES E MARTINS, 2000). Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, 10% da população mundial são portadoras de algum tipo de deficiência. No Brasil este percentual assume, de acordo com o Censo 2000 (IBGE, 2000), o valor absoluto de 14%, o equivalente a 24 milhões de pessoas. Trazendo esta realidade para o nosso estado, a Superintendência Estadual de Apoio à Pessoa com Deficiência – SEAD (2001), em seus materiais periódicos, informa que 751 mil pernambucanos portam algum tipo de deficiência.

É possível ainda, inserir um grande número de pessoas portadoras de características especiais, como os idosos, que no Brasil, já passam de 14 milhões, devendo atingir 30 milhões nos próximos 20 anos, segundo estimativas do IBGE (2000). Neste contexto apresenta-se a acessibilidade que, logo em seu surgimento, tinha seu significado unicamente atrelado às condições de alcance e utilização dos espaços e equipamentos urbanos por pessoas portadoras de deficiência física. Mais recentemente, essa conceituação foi ampliada para toda a população e a incorporação dos seus preceitos e regras traduzidas em melhoria da qualidade de vida.

A promoção da acessibilidade nos ambientes construídos encontra-se calcada nos princípios do Desenho Universal, ou seja, no desenho de produtos e ambientes que se destina ao atendimento da maior gama de usuários possível. O documento que apresenta os requisitos básicos para a promoção da acessibilidade nos espaços, equipamentos e mobiliário urbano em nível nacional, a NBR 9050, define a acessibilidade com sendo a “possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT, 2004). Dessa forma, a presente pesquisa, de caráter exploratório, visa analisar as condições atuais de acessibilidade de espaços construídos pela iniciativa privada que se destinam ao uso público, situadas na Cidade do Recife, com base na legislação e Normalização vigentes.

2 OBJETIVO

O objetivo deste artigo é analisar as condições de acessibilidade de espaços construídos pela iniciativa privada que se destinam ao uso público, situadas na Cidade do Recife, com base na legislação e Normalização vigentes.

3 METODOLOGIA

3.1 Universo e amostragem

O presente estudo analisou a acessibilidade nos prédios privados de uso público que prestem serviços, entretenimento, cultura e lazer. Para fins de cálculo da amostra a ser pesquisada, houve a necessidade de se fazer um levantamento do quantitativo de prédios dessa natureza existentes na cidade do Recife. Os referidos dados foram obtidos pela Secretaria de Turismo e Esportes da cidade do Recife e pela central de atendimento do Banco Central. A amostra foi calculada por estratificação, sendo definido o mínimo de 15 estabelecimentos a serem pesquisados.

Dessa forma chegou-se ao número de 18 espaços, distribuídos uniformemente na cidade do Recife. Buscou-se assim, uma análise estatística representativa, com a obtenção de dados que não distorçam da realidade, revelando o real nível de acessibilidade dos espaços privados de uso público do Recife. A

amostra foi distribuída de maneira geograficamente uniforme na cidade do Recife, buscando atender ao menos, os bairros mais importantes da cidade, com grande densidade demográfica. O critério adotado para a escolha dos estabelecimentos cujo cálculo da amostra resultou em apenas uma edificação ficou condicionado a dois fatores: localização geográfica e permissão de acesso. Ou seja, procurou-se dar prioridade ao estabelecimento mais central da cidade que permitisse a entrada dos autores para a realização da pesquisa de campo. Este acabou sendo o fator que de fato norteou a escolha das edificações, uma vez que a principal dificuldade deste trabalho foi a obtenção de autorização de aplicação dos protocolos e registro fotográfico por parte dos proprietários e/ou administradores dos edifícios, que se demonstraram extremamente receosos quanto a imagem dos estabelecimentos.

A seguir apresentam-se os gráficos da distribuição do universo e amostra do estudo.

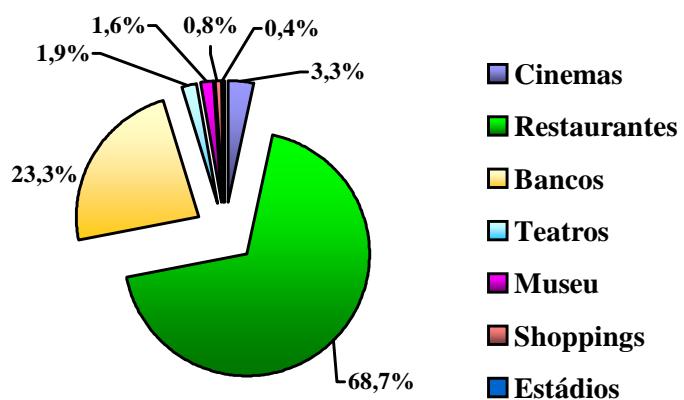


Gráfico 1 - Distribuição do Universo de Espaços Privados de Interesse para a Pesquisa (Fonte: Secretaria de Turismo e Esportes – Recife/PE e Banco Central, 2005)

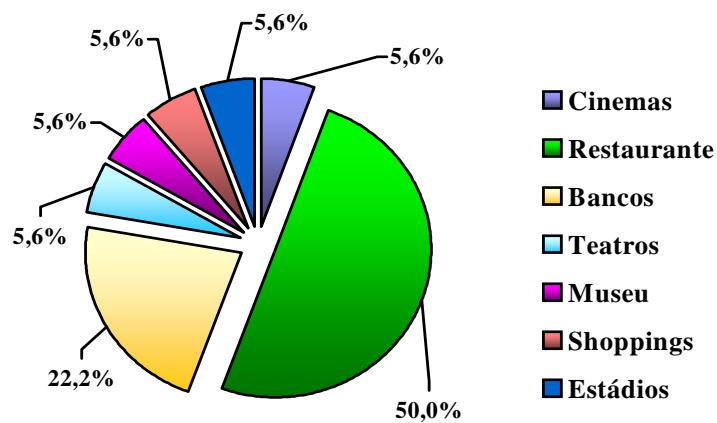


Gráfico 2 - Distribuição da Amostra de Espaços a Ser Estudada

3.2 Protocolos de avaliação

Para atingirem-se os objetivos da pesquisa, que é o de avaliar as condições de acessibilidade dos prédios privados de caráter público, de forma descritiva e qualitativa, optou-se pela formulação e aplicação de protocolos de avaliação. Sendo estruturados com base nas leis vigentes no município, nas

normas técnicas regulamentadoras: NBR 9050:2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e a NBR 13994:2000 – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência, e claro, tendo em vista os preceitos do desenho universal. Resultou-se na confecção de sete protocolos, todos diferenciados, tendo em vista as particularidades de cada tipo de edificação estudada.

O procedimento de preenchimento do protocolo foi elaborado da seguinte forma. Assinalava-se a opção:

ATENDE – Quando o subitem verificado em campo apresentava-se de acordo com o descrito no protocolo, que foi feito com base na legislação e normas vigentes.

NÃO ATENDE – Quando o subitem verificado em campo não se apresentava de acordo com o descrito no protocolo, que foi feito com base na legislação e normas vigentes. Ou quando o item descrito não existia, no entanto comprometia a acessibilidade.

NÃO EXISTE - Quando inexistia o item descrito no protocolo. Significa que sua inexistência não comprometia a acessibilidade de deficiência, no entanto a implantação traria maior eficiência e segurança ao ambiente.

Os dados e informações coletadas permitiram uma análise descritiva das condições de acessibilidade desses locais.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Panorama geral da acessibilidade

O gráfico 3 traz o índice geral de acessibilidade calculado para cada edificação pesquisada. Este índice, dado em porcentagem, representa o número de itens onde foram aplicados os critérios de implementação de acessibilidade em relação ao total de índices analisados na pesquisa de campo. Ou seja, o Índice de Acessibilidade (I.A.) é dado pela expressão:

$$I.A. = \frac{\text{Itens em Conformidade com a Norma}}{\text{Itens Totais Avaliados}}$$

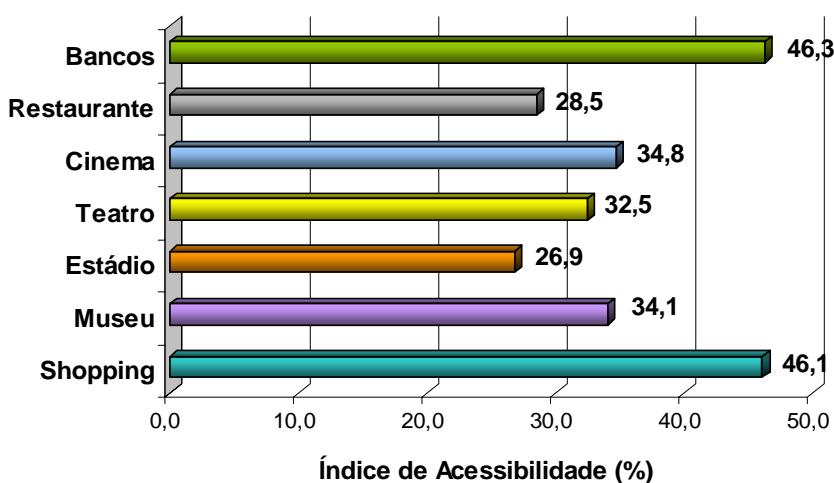


Gráfico 3 – Panorama Geral da Acessibilidade dos Espaços Pesquisados

O tipo de edificação em que mais se registrou conformidades com a norma, e portanto, teve o maior

índice de acessibilidade foram os bancos. Fato este compreensível, pois os estabelecimentos bancários são regidos pela legislação federal que cita a norma de acessibilidade no Decreto-lei. Os shoppings centers também tiveram bom desempenho no quesito acessibilidade, apresentando I.A igual a 46%. A prática nos permitiu constatar que a adaptação dos ambientes, nesses espaços vem sendo constantemente efetuada visando agregar uma parcela maior de mercado consumidor. Mas cumpre ressaltar que nenhuma edificação esteve apta a receber portadores de deficiência física ou com mobilidade e necessidades especiais de forma a garantir-lhes a plena circulação pelos ambientes.

Os demais estabelecimentos apresentaram I.A. próximos em torno de 30%. Vale destacar que a edificação com menor I.A. foi o Estádio de Futebol, apesar de iniciativas para promover a inclusão social das pessoas deficientes existirem, por meio de adaptação do espaço físico.

4.2 Avaliação dos itens de acessibilidade

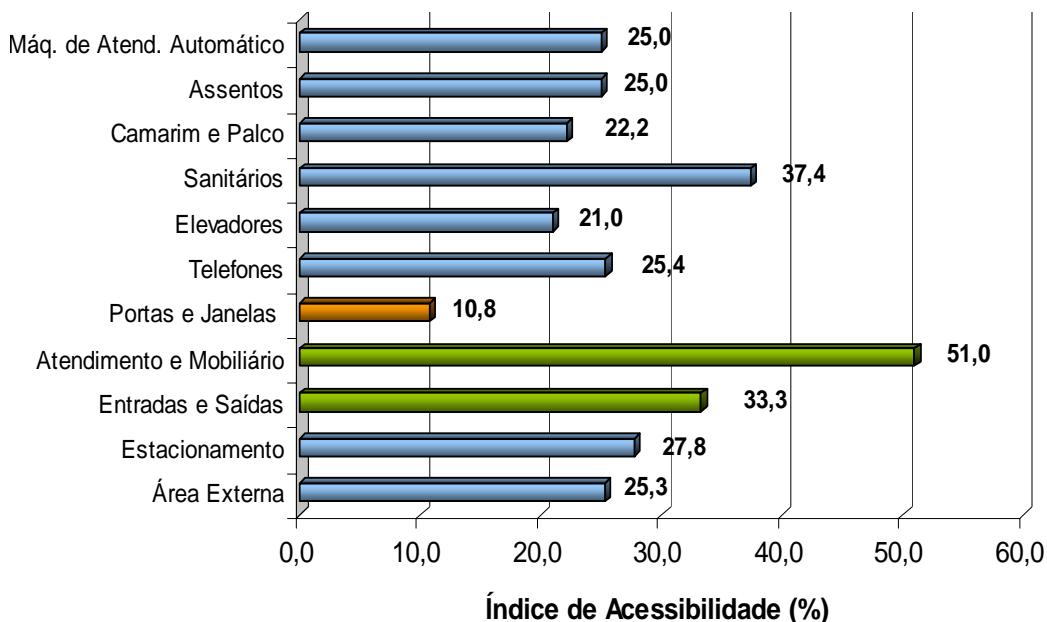


Gráfico 4 – Itens de Acessibilidades Avaliados na Pesquisa de Campo

Uma análise dos índices de acessibilidade pesquisados em campo de todas as edificações visitadas permitiu a constatação de que o item de acessibilidade mais inadequado à utilização de uma pessoa com necessidades especiais foram as Portas e Janelas. Com índice de acessibilidade de 10,8%, foi verificado que na grande maioria dos casos as portas eram feitas de material pesado, o sistema de abertura exigia um certo esforço e destreza para acionar, diferentemente das maçanetas do tipo alavancas, que proporcionam conforto e pouco esforço físico no acionamento. As janelas por sua vez nem sempre permitiam um alcance visual adequado e era inexistente em muitos pontos onde sua presença era necessária.

Os dois itens que mais se aproximaram do ideal da acessibilidade foram o Atendimento/Mobiliário Urbano e Entradas/Saídas. No primeiro foi observado que em todos os estabelecimentos o atendimento a pessoa portadora de deficiência física, idoso e gestante era prioritário, sempre sendo disponibilizados balcões de atendimento exclusivos. As entradas e saídas dispunham em boa parte de mais de uma forma de acesso, geralmente por degraus e rampas. Além disso, o piso era antiderrapante, sem ocasionar trepidações no deslocamento dos usuários.

4.3 Registro fotográfico



Figura 1 – Vaga de Estacionamento Inadequada



Figura 2 – Rampa com Inclinação Transversal Inadequada



Figura 3 – Assentos Reservados: Ausência de guarda-corpo



Figura 4 – Rampa de Acesso à Bilheteria



Figura 5 – Atendente Literalmente Escondido Devido a Altura do Balcão

Os espaços analisados não ofereciam em sua totalidade condições satisfatórias de acesso, mobilidade, utilização e comunicação de seus usuários. O desconhecimento da norma de acessibilidade por parte dos proprietários dos estabelecimentos também foi uma constante ao longo do desenvolvimento da pesquisa de campo. Observaram-se em algumas edificações medidas isoladas para a promoção da acessibilidade, como por exemplo, a instalação de um sanitário para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência. No entanto, nesses mesmos locais o acesso a esses sanitários era obstruído. Os estabelecimentos bancários foram os que mais apresentaram condições satisfatórias de acessibilidade, pois são regidos pela legislação federal. No caso de nossa cidade, a legislação que dispõe sobre a acessibilidade não aborda efetiva e objetivamente essa questão, dificultando assim a aplicação de medidas que promovam a acessibilidade. Cumpre ressaltar que em alguns casos evidenciou-se o interesse dos proprietários em implantar medidas de acessibilidade. Corroborando a idéia de que o grande problema ainda é a falta de informação.

5 CONCLUSÕES

A questão da acessibilidade no ambiente construído, nas últimas décadas, tem sido amplamente debatida no meio acadêmico e técnico em virtude da normalização e da formulação de leis que estabelecem as condições de acesso das edificações, mobiliário e equipamentos urbanos. No entanto, o que se verifica na prática são ações incipientes e pontuais de promoção da acessibilidade nos espaços construídos. A implicação deste fato para a sociedade não se restringe apenas à falta de mobilidade ou desconforto na utilização dos ambientes, mas também na violação do direito pleno de ir e vir das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade e capacidades sensoriais reduzidas. Promover alterações no espaço construído de forma a garantir a utilização do mesmo com autonomia e segurança a todos os seus usuários, ou seja, eliminar as barreiras físicas dos ambientes, é também democratizar e ordenar o uso dos mesmos.

6 REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 97 p.
- _____. **NBR 13994:2000 – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.** Rio de Janeiro: ABNT, 1999. 15 p.
- ARAÚJO, Edes da Rocha. **Análise ergonômica do ambiente construído de uso público: um estudo de caso em restaurantes da cidade do Recife-PE.** Recife: O Autor, 2003. 152p.
- BRASIL, **Decreto-lei 5296**, de 02 de dezembro de 2004, Brasília, DF. Diário Oficial da União nº 232, de 03 de dezembro de 2004.
- CORDE – Coordenadoria Nacional Para a Integração Da Pessoa Portadora de Deficiência. **O papel do Município em Acessibilidade.** Coordenador Ricardo Moraes, Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.118p.
- CPA – Comissão Permanente de Acessibilidade da cidade de São Paulo. **Guia para Mobilidade Urbana em Edificações.** São Paulo: Secretaria da Habitação do Município de São Paulo, 2002. 71 p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Brasil,** 2000.
- SEAD – Superintendência Estadual de Apoio À Pessoa Com Deficiência. **O mundo gira e, a cada volta fica diferente,** 2001.
- SOARES, M.M.; MARTINS, L.B. (2000). **Design universal e ergonomia: uma parceria que garante acessibilidade para todos.** In: Almeida, A.T. e Souza, F.M.C. (ed.). Produção e competitividade: aplicações e inovações. Recife, Editora UFPE, 127-156.

7 AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco, às instituições de fomento à pesquisa de iniciação científica (FACEPE, PIBIC/POLI, FDPE/UPE), pelo apoio financeiro e institucional; à Secretaria de Turismo e Esportes do Recife-PE, ao Banco Central e ao CREA-PE, em especial a arquiteta Angela Carneiro da Cunha, pelo referencial teórico disponibilizado. E por fim, a todos os colegas de profissão e amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.